

Obras na Beira-Mar podem ser paralisadas novamente

■ Mal as máquinas começaram a trabalhar na Avenida Beira-Mar e já há a possibilidade de que seja paralisada a obra de contenção das águas do Rio Sergipe. Na última quinta, dia 14, o Ministério Público Federal - MPF - e o Ministério Público Estadual - MPE - ajuizaram na Justiça Federal uma ação cautelar contra a Prefeitura de Aracaju e a Empresa Municipal das Obras e Urbanização - Emurb. A intenção é que a obra seja suspensa enquanto não for obtida a licença ambiental e a autorização da União e da Capitania dos Portos.

A discussão sobre a intervenção na Beira-Mar acontece desde o início deste ano. Em abril, a Justiça concedeu liminar favorável ao MPE, determinando que uma via da avenida fosse interdita no trecho entre a Anísio Azevedo e o Iate Clube de Aracaju. A Prefeitura foi condenada a realizar reparos emergenciais no local, no intuito de evitar um colapso da balastrada, devido à forte ação das águas do Rio Sergipe.

O projeto apresentado pelo Executivo para equacionar o problema prevê a construção de um muro de pedras com pouco mais de 640m para conter o impacto das águas e a edificação de seis espigões, de 40m cada um, próximos ao estuário do Rio Poxim. Prevista para ser concluída em 6 meses, a obra foi iniciada na última

segunda, dia 11, e está orçada em R\$ 5,8 milhões.

Mas como o projeto é de caráter definitivo e está sendo feito sem o devido licenciamento ambiental e em uma área que a União administra, o MPF e o MPE entendem que é necessário paralisar totalmente os trabalhos até que seja concedida a autorização dos órgãos competentes. Caso a Justiça acate a ação, nenhuma pedra deverá ser colocada dentro do Rio Sergipe, com a possibilidade de multa para a Prefeitura caso a determinação seja desrespeitada.

Vale destacar que o pedido de suspensão abrange apenas a execução do projeto definitivo, mas não impede a realização das obras emergenciais na murada de proteção, conforme determinado no mês de abril.

Luiz Durval, diretor-presidente da Emurb, esclarece que o projeto que está sendo executado é o mesmo contratado pela gestão anterior. "Não mudamos uma vírgula dele", afirma. O engenheiro reafirma a necessidade de realização da obra para que se evite o colapso da estrutura devido a ação do Rio Sergipe.

"Há um questionamento de quando pode cair, mas isso não é matemática pura. Ninguém pode dizer quando é que vai cair. Agora, é evidente que, se não vislumbrássemos riscos para a área, não estaríamos pleiteando o início imediato das obras", comenta Luiz. ■

BATALHA PEDE ISENÇÃO POLÍTICA DE MPF E MPE

A ação dos dois Ministérios Públicos desagrada enormemente ao Governo de Aracaju. "Muito estranhas as atitudes do Ministério Público Federal e, principalmente, do Ministério Público Estadual com relação às obras da 13 de Julho", reage Carlos Batalha, secretário da Comunicação Social.

"Desde fevereiro que a Prefeitura tenta iniciar as obras e se depara com a implicância da Adema no que diz respeito às licenças ambientais, que iam dos estudos de influência arqueológica até as influências no Porto Ignácio Barbosa", diz ele.

"O interessante é que Pirambu, que fica muito mais próxi-

mo ao porto, obteve licença para fazer a contenção de sua Orla. Mas voltando ao MPF: por que o questionamento só foi feito agora, depois de as obras iniciadas e autorizadas por três desembargadores e referendadas pelo próprio Ministério Público Estadual agora volta atrás?", provoca.

E continua: "Por acaso, alguém perguntou se a Marinha possui licença ambiental para ampliar aquele monstro da Ivo do Prado? A população de Aracaju quer a obra da 13 e confia nos ministérios, esperando que eles sejam imparciais e que fiquem atentos e distantes de interesses políticos", diz.